

Formação técnica e especializada

do bibliotecário, arquivista e documentalista na 'sociedade de informação'

ABEL DOS SANTOS CRUZ *

Resumo – *A revolução da informação electrónica e das telecomunicações transformou as características sócio-económicas do mundo em que vivemos. No geral, a 'actividade' cultural, já afectada pelas reduções orçamentais, encontra-se também mais exposta às influências políticas. O sector comercial da informação não está obrigado, de maneira alguma, a oferecer um apoio à cultura, pelo que as bibliotecas, os arquivos, os centros de documentação, têm um importante papel a jogar enquanto canais de informação independentes.*

Neste trabalho, o autor, depois de uma análise histórica, fixa-se na Sociedade de Informação, onde questiona quais as alterações e as características do novo milénio que 'afligem' e vão afectar cada vez mais os técnicos de BAD.

I.

As últimas décadas assistiram a um grande avanço na transmissão da informação (ainda há pouco tempo inimaginável), caracterizado pela tenaz evolução da informática, em conjunto ao rápido desenvolvimento das telecomunicações. Em consequência, alterou-se (de forma irreversível) o modo de pensar e de agir, no nosso quotidiano.

É vulgarmente aceite que a difusão deste novo 'modus vivendi' vem sendo incrementada de forma tão apressada, que não chega a oferecer o tempo necessário para a total adaptação dos indivíduos às novas tecnologias. Nesta direcção, podemos questionar quanto à utilização precoce do avanço tecnológico no ensino especializado.

* Mestre em História e pós-graduado em Ciências Documentais - Ramo Biblioteca e Documentação (F.L.U.P.)

A necessidade de informar e informar-se (ligada a fins educativos, culturais e tecnológicos), serviu para marcar os diferentes desenvolvimentos na área informacional. De seguida, abordar-se-ão três grandes momentos:

1.1. Do Nascimento da Imprensa ao Iluminismo

Em Portugal, o movimento das ideias sofreu uma profunda 'revolução' no período de *Seiscentos* e de *Setecentos*. Naquela época, surgiram as primeiras críticas que põem em causa o quadro mental português. Esta campanha, conduzida sem esmorecimento e expressão de uma vontade colectiva do povo, foi animada com o ímpeto dos academistas¹ (transmissores de conhecimentos e de cultura), que desempenharam um papel fundamental.

Dir-se-ia que ganha a guerra da Restauração, Portugal não deixou de se interessar pelas ideias novas que fervilhavam no horizonte europeu. Adepta destes ideais, a Corte de Portugal estimulou os contactos com o exterior, ao enviar bolseiros para prosseguirem os seus estudos, da mesma forma que manditou a compra de livros na Europa.

Acima de tudo, foi um período de grandes contrastes (em que não faltaram as crises económicas e sociais), onde a sociedade percebeu ser necessário discutir os problemas nacionais, tendo em vista o desenvolvimento da Nação lusitana. Um punhado de indivíduos mais esclarecidos foram o motor de arranque para a construção de esquemas que iriam alterar e produzir significativas mudanças na composição e na mentalidade das classes dirigentes. Foi o caso do padre António Vieira (1608-1697), um vulto excepcional das letras do século XVII; a que acresce, mais tarde, Alexandre de Gusmão (1695-1753), e, entre outros, Luís António Verney (1713-1792), figuras que desempenharam uma função difusora em matéria de cultura.

Há, todavia, que ter em consideração que quem escreve necessita de ter alguém –um receptor– a quem a mensagem seja enviada. É essa a razão da escrita: um diálogo entre o autor e o leitor. Com a invenção da imprensa abriram-se novas possibilidades, ao substituir-se o manuscrito de difícil acesso e extremamente caro, pelo livro composto em caracteres tipográficos e bastante mais acessível.

Desde então, publicar um livro tornou-se o suporte por excelência da comunicação. Não é de estranhar, assim, que tenham ocorrido significativos acontecimentos no meio bibliotecário, nomeadamente o enriquecimento dos fundos das

¹ Mais conhecido como **Movimento das Academias**. As primeiras academias portuguesas remontam ao século XVII, tendo como objectivo o debate e a divulgação cultural e científica. São disso exemplo a *Academia dos Generosos* (a partir de 1647), da qual foram herdeiras as *Conferências Eruditas*, promovidas pelo conde da Ericeira, e a *Academia dos Singulares*. Foi, porém, ao longo do século XVIII, sob a influência do **Iluminismo**, que mais se desenvolveu o movimento. Surgiram, assim, a Academia Real da História, fundada em 1727, que dinamizou o trabalho historiográfico; a Arcádia Lusitana (1756); a Academia Real das Ciências (em funcionamento desde 1779) que actuou no sentido de incrementar os estudos científicos e o desenvolvimento intelectual e económico do Reino; e a Academia de Belas Letras (1790), instituições que, no geral, beneficiaram do favor da Coroa. Cf. LOPES, Óscar – "Academias". In SERRÃO, Joel (Dir. de) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto : Livraria Figueirinhas, [19-?]. Vol. I, p. 14-15.

bibliotecas ... O que implicou a contratação de um 'técnico' bibliotecário para classificar os livros e formar os catálogos. O grande promotor da abertura das bibliotecas a um público mais amplo foi Gabriel Naudé, célebre bibliotecário do cardeal Mazarino e da rainha Cristina da Suécia, que em 1627 publicou um famoso tratado sobre a organização de bibliotecas –que se converteu em leitura obrigatória– e onde escreveu:

"... qui n'a dessein d'en voïer & consacrer l'usage au public, & de n'en desnier iamais la communication au moindre des hommes qui en pourra auoir besoin ..." ².

Esta ideia vanguardista de uma biblioteca 'pública', i. é, de partilhar com outras pessoas a riqueza de conhecimentos que continham os livros, estendeu-se por toda a Europa. Em Portugal, D. João V deu-se pressa em dotar a Universidade coimbrã de uma magnífica biblioteca, cuja construção decorreu de 1716 a 1728.

Mas foi sobretudo com o advento dos ideais da "Igualdade, Fraternidade e Liberdade", defendidos no espírito da Revolução Francesa, que emergiu a necessidade crescente de se organizar e dinamizar os Centros difusores de cultura. Uma cultura que, cada vez mais, se anseava 'globalizante'.

Estes princípios não serão esquecidos. Em resultado, vários políticos (na época seguinte) não perderam tempo em promover directivas governamentais ao nível da cultura, onde a fundação de bibliotecas surgiu como prioridade. Antes, porém, no final do século XVIII, a detenção de livros e a conseqüente criação de bibliotecas mais se evidenciou como uma das necessidades da vida das classes superiores, sendo natural, possuir livros ³.

1.2. O Século XIX

No mundo ocidental, o século XIX foi extremamente complexo devido às grandes transformações que afectaram quase todos os circuitos vitais da sociedade. Os efeitos da chamada Revolução Industrial, que se operou em finais da centúria de *Setecentos*, fizeram-se sentir profundamente, e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia introduziu profundas modificações nas formas de vida, em particular no mundo urbano. Política e socialmente foi uma época muito agitada, dir-se-ia que em todo o mundo se expressaram movimentos de libertação.

Uma das mudanças mais significativas –a par do livro– foi a divulgação de periódicos, que fez crescer o número de leitores (não só pelas notícias quotidianas ou as informações em miscelâneas, folhetins e obras literárias que essas publi-

² NAUDÉ, Gabriel – *Avis pour dresser une bibliothèque*. Reproduction de l'édition de 1644 par Claude Jolly. Paris : Aux Amateurs de Livres, 1990. p. 151. Agradecemos à Dra. Elisa Cerveira o empréstimo da obra.

³ Veja-se LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *O Livro e a Leitura no Porto na segunda metade do Século XVIII*. Porto : [S.n.], 1993. Tese de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

cações começaram a lançar) como incrementou realmente o interesse pela leitura. É, aliás, bem conhecido o exemplo de D. João de Magalhães e Avelar. A preocupação em conhecer levou-o a formar uma notável biblioteca, superior a 30.000 exemplares, de obras raras, de autores e temáticas diferentes, em línguas tão variadas como português, francês, inglês, espanhol, italiano, latim, hebraico⁴. A nível europeu, esta ‘corrida’ ao livro e a ‘fome pela leitura’ fez-nos conhecer os textos de Dumas, Dickens, Balzac, etc.

Era evidente que os tempos se alteraram. As novas circunstâncias sociais, o crescimento demográfico, os avanços tecnológicos, exigiam dos governos uma política de educação. Foi assim que em Inglaterra surgiu o conceito moderno de biblioteca pública – a que permite o acesso e serve todos os estratos sociais. Ao instituir-se a *Public Library Act* em 1850, iniciativa de um membro do Parlamento inglês (tal como atrás fizemos referência), definia-se de forma clara e directa o conceito de biblioteca pública, propondo-se que fosse sustentada com fundos públicos e capaz de oferecer acesso a todo o tipo de pessoas. Ainda que o princípio não referisse os fins educativos e culturais, a sua importância resultou ao identificar a forma de financiamento – *Público*.

Em Portugal, o início do século XIX amanheceu inconformado com a situação política, responsável por um clima de descontentamento e de pessimismo que se manifestou na tentativa gorada de 1817, que conduziu ao cadafalso Gomes Freire e os seus partidários. A dureza da repressão aprofundou a impopularidade do regime. Facto que contribuiu para se estender (na sociedade) o ideal de uma reforma política. A repercussão foi grande e serviu de imediato para orquestrar um leque de interesses e rivalidades entre liberais e absolutistas que se envolvem em contínuas lutas até à imposição, na década de trinta, do partido liberal, comandado por D. Pedro⁵. Consumada a divisão política, foi possível pensar e promover a abertura de bibliotecas, facto que esteve intimamente ligado a Joaquim António de Aguiar, quando redigiu o relatório que esteve na origem do decreto de 28 de Maio de 1834, que extinguiu as Ordens Religiosas em Portugal. Embora a autoria do diploma fosse de D. Pedro IV, foi Aguiar quem muito insistiu na sua publicação, o que lhe valeu a alcunha de ‘Mata-Frades’. O seu papel na história ficou sempre associado a esta lei, que comprometeu as liberdades religiosas fundamentais.

Da documentação ‘furtada’ aos clérigos parte foi eliminada e outra recuperada e ‘acolhida’ em diversas instituições que tinham como objectivo a recepção e a guarda do património nacional. Por todos é conhecido que a actual Biblioteca

⁴ Cf. OLIVEIRA, José António Mendonça Pereira de – *A Paixão da História na Biblioteca de D. João de Magalhães e Avelar*. Porto : [S.n.], 1995. Tese de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁵ Uma excelente retrospectiva histórica ao período em questão, pode ler-se em MARQUES, Fernando Pereira – *Do Vintismo ao Cabralismo*. In REIS, António (Dir. de) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa : Publicações Alfa, 1990. Vol. 1, p. 23-106.

Pública Municipal do Porto se enriqueceu com preciosos fundos (civis e eclesiásticos), fruto da acção empreendedora dos bibliotecários Diogo de Andrade e Alexandre Herculano.

Do exposto, ficou claro que o século XIX anunciou novos ideais de alfabetização e a consciência individual da educação como direito cívico. Nesta área, o papel da mulher foi progressivamente valorizado. E os ditos ‘guardiães’ da informação começaram a visualizar novas exigências por parte dos leitores que protestavam, cada vez mais, possuir um papel activo na vida cultural.

1.3. O Século XX

O século XX foi para o mundo ocidental uma época de grandes avanços sociais e culturais e de extraordinários avanços tecnológicos que nos conduziram à globalização em que vivemos (para o bem e para o mal), mas também de teríveis guerras que, apesar da sua crueldade, ‘ofereceram’ o desenvolvimento educativo, cultural e *bibliotecário*. Aliás, depois da segunda Grande Guerra surgiu a Organização das Nações Unidas que em 1948 publicou a "*Declaração Universal dos Direitos do Homem*", em cujo art. 19.º se proclamou **o direito fundamental à informação**. Subsidiária da ONU, a UNESCO (organismo especializado em assuntos educativos e culturais) promoveu e difundiu a necessidade da criação de bibliotecas públicas como apoio à educação dos Povos.

A exemplo de outros, sentiu-se em Portugal, uma necessidade quase primária, pela informação. Na prossecução deste objectivo, houve a consciência para a formação técnica e especializada do bibliotecário e do arquivista. A ideia materializou-se com a criação do primeiro Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo Decreto-Lei N.º 26.026, de 7 de Novembro de 1935. Uma data histórica porque, pela primeira vez, o ensino universitário se responsabilizava pela formação técnica na área da biblioteconomia e da arquivologia, e porque de tal instrução se ‘demitiam’ os serviços respectivos. Assim escrevia o Director do Curso:

*"Dar uma sólida preparação técnica a futuros bibliotecários e arquivistas – com – um carácter acentuadamente prático ... Não quer isto dizer, no entanto, que se tenha descurado o ensino teórico das matérias versadas. Nem se poderia adquirir uma preparação técnica satisfatória sem uma base teórica orientadora e disciplinadora da actividade profissional"*⁶.

⁶ PERES, Damião – Curso Superior de Bibliotecário Arquivista. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra : Coimbra Editora, Lda. Vol. XV, t. II (1939), p. 620. De acordo com a estrutura curricular da época, o Curso apresentava matérias diversas: Paleografia e Diplomática, Numismática e Esfragística, Aperfeiçoamento de Paleografia, Bibliografia e Biblioteconomia e Arquivologia e Arquivoeconomia.

Decorridos que estão cerca de 70 anos, somos de opinião que as palavras do insigne Professor permanecem actuais. Mas é, também, verdade que a realidade do mundo de hoje é manifestamente diferente, o que se reflecte na desactualização da estrutura de formação. São, curiosamente, os profissionais da área que admitem transmitir conteúdos programáticos ‘antiquados’ e ‘ultrapassados’.

II. A Sociedade de Informação⁷

A revolução da informação electrónica e das telecomunicações transformou as características sócio-económicas do mundo em que vivemos. No geral, a ‘actividade’ cultural, já afectada pelas reduções orçamentais, encontra-se também mais exposta às influências políticas. O sector comercial da informação não está obrigado, de maneira alguma, a oferecer um apoio à cultura, pelo que as bibliotecas têm um importante papel a jogar enquanto canais de informação independentes. Pensamos que devem, de igual modo, contribuir para desenvolver (no âmbito do grande público) a capacidade de operar uma selecção entre as informações de qualidade disponíveis na Internet.

O desenvolvimento constante das técnicas de gestão, o próprio processo da globalização e com ele o aumento da produtividade nos diversos sectores, consciencializaram para a importância estratégica (em qualquer organização) do ‘cabedal’ humano. Todas estas alterações têm motivado que a gestão dos recursos humanos se converta num factor determinante de qualquer empresa (pública ou privada) e, portanto, a necessidade de se organizar e coligar um plano tendo em vista a formação permanente do seu pessoal, factor determinante para o progresso e melhor funcionamento de uma organização.

Como facilmente se depreende, a estas constantes inovações tecnológicas não é alheia o mundo da informação e da comunicação: dir-se-ia que se está num período (sem precedentes) de acelerada mudança. O que nos leva a questionar: quais as alterações e as características do novo milénio que ‘afligem’ e vão afectar cada vez mais os técnicos de BAD? Há que reconhecer que é extremamente difícil, no âmbito deste trabalho, dar uma resposta exaustiva e detalhada, no entanto podem apontar-se algumas ideias.

A primeira é a necessidade de actualização contínua dos conhecimentos. É por todos aceite que eles se encontram obsoletos, pelo que é necessário renová-los constantemente.

⁷ Está fora de questão, afastarmo-nos do objectivo a que nos propusemos no desenvolvimento deste trabalho. Assim, para uma análise mais detalhada à história da *Sociedade de Informação*, veja-se, entre outros, VICKERY, Brian ; VICKERY, Alina – *Information Science in theory and practice*. Revised edition. London : Bowker ; Saur, 1992; LILLEY, Dorothy B. ; TRICE, Ronald W. – *A History of Information Science. 1945-1985*. San Diego : Academic Press, 1989; FEATHER, John – *The Information Society. A study of continuity and change*. London : Library Association Publishing Ltd, 1994; RAYWARD, W. Boyd – *The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID)*. *JASIS. Journal of the American Society for Information Science*. New York. 48:4 (April 1997), p. 289-300.

Depois é urgente uma reestruturação das carreiras das áreas funcionais de Arquivo e de Biblioteca e Documentação.

Em boa verdade, o antigo Decreto nº 20649, de 3 de Novembro de 1931, já reconhecia a especificidade do conhecimento profissional e dava preferência no ingresso nas bibliotecas e arquivos do Estado a estes técnicos. Posteriormente, o Decreto-Lei nº 280/79, de 10 de Agosto, mantinha as áreas funcionais específicas, mas consagrava a distribuição do pessoal por três grupos profissionais: pessoal de investigação, pessoal técnico superior e pessoal técnico-profissional. Ora, sendo a sociedade do recente milénio uma *Sociedade de Informação* ou, segundo outros, uma *Sociedade de Conhecimento*, entendeu (a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas) ser indispensável a revisão do estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas BAD, com os seguintes pressupostos:

- *"Adequação dos conteúdos funcionais das carreiras às exigências da sociedade da informação e do conhecimento;*
- *Reflexo das exigências de qualificação profissional acrescida e da valorização da função no desenvolvimento das carreiras"* ⁸.

Mas outra questão se poderá levantar. Para quem dirigir a formação? Em 1995, defendia-se que *"começa, finalmente, a generalizar-se – em Portugal – já não a certeza de que o actual modelo de formação se desactualizou, mas sim a necessidade da sua urgente alteração ou até da sua substituição por outro mais ajustado aos desafios do presente e do futuro"* ⁹. Na verdade, julgamos ser indispensável, por força da terceira vaga tecnológica que exige aos 'profissionais' conhecer as novas tecnologias e recursos de informação, esta mudança. O conhecimento e a utilização da Internet, por exemplo, são hoje um importante pilar da actividade diária do técnico de BAD, que utiliza a rede como ferramenta para o trabalho técnico, como forma de oferecer novos serviços aos utilizadores e como canal de comunicação profissional.

A formação técnica, seja dirigida aos novos 'aprendizes' ou àqueles que se encontram no activo, não pode nem deve ser descurada ou posta em dúvida. Certamente que para um escalão etário mais velho, a resistência para uma nova formação é (sem dúvida) maior, contudo é fundamental uma política de formação permanente por parte da organização.

⁸ ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS – *Proposta de Reestruturação das Carreiras das Áreas Funcionais de Arquivo e de Biblioteca e Documentação*. Acedido em 06 de Maio de 2002, no web site da: APBAD: <http://www.apbad.pt/carreira>.

⁹ SILVA, Armando Malheiro da – *Epistemologia e Formação em Arquivística*. Algumas notas sobre Cursos e Planos Curriculares. *Formação Profissional na Área BAD*. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996. p. 65.

Chegados a este ponto, um novo problema se levanta: o da estabilidade do posto de trabalho, a progressão na carreira, etc. Pelo que é pertinente a questão: como 'convidar' à formação de pessoal, se desconhecemos a actividade do amanhã? Independentemente da incerteza do futuro, não podemos (seja qual for o ramo profissional), tão-somente, cair em letargia. Qualquer que seja a resposta, a formação deve responder às necessidades geradas pelos avanços das novas tecnologias e ferramentas, visto que os avanços são constantes. Ninguém se mostra indiferente ao papel e à influência que as *Tecnologias de Informação e Comunicação* (TIC) exercem na sociedade da informação. É ponto assente que o acesso ao emprego já implica (e exigirá doravante)¹⁰ conhecimentos das TIC. Recentemente, C. German fez passar a ideia de que as "*novas tecnologias computadorizadas possibilitam agora a substituição da mente humana ... pela máquina*"¹¹. Segundo o autor, através do desenvolvimento de novos *hardwares* e *softwares*, qualquer indivíduo "... *que se ocupe com o uso das mãos ou da mente pode ficar sem trabalho ou ser desqualificado*"¹². Em resultado, acrescenta o autor, o futuro da humanidade pode implicar mais exclusão que integração e mais conflitos que consenso. Seja como for, no caminho para a sociedade global da informação, o uso e o conhecimento das novas tecnologias tornam-se imprescindíveis. A realidade aí está: existe uma mudança (em curso) na sociedade contemporânea, representados pelos 'actores' informação e comunicação, 'peça' que F. Webster não deixou de escrever, com o significativo título de "*teorias da sociedade de informação*"¹³.

Parece ter razão G. Leclerc ao afirmar que "*o papel da comunicação no mundo de hoje não é subestimado – pelo contrário, é objecto de numerosos debates e comentários – mas de alguma forma é subanalisado*"¹⁴. É, aliás, perfeita e genericamente conhecido o fenómeno das consequências sociais da comunicação moderna¹⁵. A uma escala maior, O. E. Klapp teve oportunidade de desenvolver, num interessante trabalho, a tese da 'fome de informação'¹⁶. Resulta claro que a informação é um recurso importante no desenvolvimento científico e técnico da sociedade moderna. É o meio que transmite o conhecimento e, portanto, um elemento essencial, seja para o bem-estar, seja para o progresso. Ora, porque se

¹⁰ Sobre este assunto, cf. GODINHO, Manuel Mira ; CARAÇA, João M. G. (Org. de) – *O Futuro Tecnológico. Perspectivas para a inovação em Portugal*. Oeiras : Celta Editora, 1999; CONCEIÇÃO, Pedro ; ÁVILA, Patrícia – *A Inovação em Portugal*. Oeiras : Celta Editora, 2001.

¹¹ GERMAN, Christiano – On-line Off-line: Internet e Democracia na Sociedade de Informação. *Sociologia - Problemas e Práticas. Revista do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia*. Oeiras : Celta Editora. Nº 32 (Abril 2000), p. 106.

¹² GERMAN – On-line Off-line ... p. 106.

¹³ WEBSTER, Frank – *Theories of the Information Society*. London : Routledge, 1995.

¹⁴ LECLERC, Gérard – *A Sociedade de Comunicação. Uma abordagem sociológica e crítica*. Lisboa : Instituto Piaget, 2000. p. 9.

¹⁵ ARANGUREN, J. L. – *Sociologie de l'information*. [S. l.] : Hachette, [19-?]. p. 227-234.

¹⁶ KLAPP, Orrin E. – *Informacion y Moral. Estrategias de apertura y cierre ante la nueva información*. México : Fondo de Cultura Económica, 1985. p. 37.

assiste a um processo de complexificação das 'empresas' e porque a informação é necessária para a tomada de decisões estratégicas, é indispensável a sua gestão. O que levou David Lyon a evidenciar que "*tudo parece apontar para que este seja o único caminho possível; a chave para a prosperidade futura e para modos de vida qualitativamente diferentes estará na aprendizagem dos processos de manipulação, transmissão, armazenamento e obtenção da informação*"¹⁷.

A partir da década de 80, o desenvolvimento da informática e, conseqüentemente, o aumento do número de computadores, influenciou decisivamente o último quartel do século XX e marca, estamos certo, o novo milénio na arte de comunicar. O binómio informática/telecomunicação é (a nosso ver) um factor determinante neste progresso da tecnologia. Assim também o entende Lyon, ao escrever: "*poucos serão capazes de negar o avanço tecnológico representado pela convergência entre informática e as telecomunicações, uma convergência baptizada com o nome de «tecnologia da informática»*"¹⁸.

A cultura informativa consiste em saber como e onde encontrar informação adequada; em saber quando se necessita da informação e que instrumentos se podem utilizar para a encontrar. Diz-se, com frequência, que é a informação e os novos conhecimentos (e não o capital) que constitui a nova fronteira da *Sociedade de Informação*. Curiosamente, ao contrário do que ocorre com o capital, a quantidade de informação parece ilimitada.

A revalorização do papel do bibliotecário, arquivista e documentalista, qualquer que seja o seu nível de formação, deve apoiar-se na adaptação da sua formação às exigências do mundo contemporâneo. Parece-nos que alguns modelos de ensino carecem de adaptações face às novas realidades e necessidades do fluxo de informação, não obstante o sentido esforço e o brio profissional dos responsáveis pela formação¹⁹. Na FLUP, a Direcção do Curso de Ciências Documentais sentiu esse distanciamento, ao reconhecer estar perante uma situação deficitária. Somos de opinião que não merece contestação a ideia de que a informação é um recurso vital em qualquer 'empresa'. Terá sido este um fundamento importante para justificar, naquela Faculdade, uma licenciatura de raiz. Na verdade, no contexto da sociedade da informação, torna-se evidente a insuficiência da formação especializada (actualmente ainda existente em diversas instituições universitárias), o que justifica a necessidade de canalizar o aperfeiçoamento dos futuros profissionais através de estudos universitários, conducentes a um título próprio. Aliás a lógica do mercado aconselha uma base teórica e uma prática ampla e, na sua extensão, uma formação especializada. Seja num ou noutro perfil, a

¹⁷ LYON, David – *A Sociedade da Informação. Questões e Ilusões*. Oeiras : Celta Editora, 1992. p. 1.

¹⁸ LYON – *A Sociedade da Informação ...* p. 25.

¹⁹ Não foi em vão que, por exemplo, a Direcção do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto se esforçou (ininterruptamente) junto do Ministério por criar uma licenciatura, capaz de responder à especificidade e exigência do mundo actual e, assim, ir ao encontro da denominada *Sociedade de Informação*.

‘evolução’ deverá ser sequencial e cumulativa, de maneira a que a formação geral seja uma condição para se aceder a um desenvolvimento técnico.

Escusado será insistir: uma licenciatura generalista de carácter técnico e científico, acrescida de outros cursos (de mestrado e de doutoramento –tendo em vista especializar o ‘investigador’ em ramos que se considerem prioritários no mercado de trabalho e encaminhá-lo à investigação) são um contributo indispensável para formar os especialistas, como para o enriquecimento da área BAD.